



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISÓ – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuo Hammarstron**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autoes(es/as): **GIOVANNINO RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação do teor de ferro nas folhas de cinco espécies florestais, como indicador da qualidade do ar (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)
ABORDAGEM ETNOPEDELOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)
Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza (autor(es/as): Milson Betancourt)
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (autor(es/as): **Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (autor(es/as): **Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (autor(es/as): **Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (autor(es/as): **Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (autor(es/as): **Sigrid de Mendonça Andersen**)
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (autor(es/as): **Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (autor(es/as): **Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Araújo: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (autor(es/as): **Alan Ripoll Alves**)

DA MATA NATURAL AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (autor(es/as): **BRENA DE CASTRO COSTA**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGRONECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (autor(es/as): **Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (autor(es/as): **ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (autor(es/as): **RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)



OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA

PELLUCCI, Erica B.M.

ericapellucci@gmail.com

Universidade Federal Fluminense

Resumo

O Presente estudo procura refletir sobre a cadeia produtiva da reciclagem e o trabalho dos catadores de materiais recicláveis na atual conjuntura da crise ecológica, a luz do referencial marxiano sobre o conceito de *trabalho estranho*, e mais especificamente, nas contribuições de E.P.Thompson. Busca-se identificar como estes autores nos possibilitam entender a relação entre ser humano e natureza na sociedade capitalista e o universo da catação levando em conta as medições e contradições presentes nas relações de trabalho dos catadores.

Palavra chaves: reciclagem, relação ser humano e natureza, catadores de matérias reciclados.

Introdução

O Presente estudo procura refletir sobre a cadeia produtiva da reciclagem e o trabalho dos catadores de materiais recicláveis na atual conjuntura da crise ecológica, a luz do referencial marxiano sobre o conceito de *trabalho estranho*, e mais especificamente, nas contribuições de E.P.Thompson. Busca-se identificar como estes autores nos possibilitam entender a relação entre ser humano e natureza na sociedade capitalista e o universo da catação levando em conta as medições e contradições presentes nas relações de trabalho dos catadores.

A reestruturação produtiva do capital que se iniciou em meados da década 1970, inaugurou um novo modelo de produção baseado na acumulação flexível dotado de um forte poder lesivo contra o trabalhador e a natureza. A partir deste modelo foi possível o desenvolvimento do capital a níveis mundiais. Neste atual estágio do sistema capitalista, a produção de mercadoria é guiada tanto pela adoção desse modelo produtivo de flexibilização das relações de trabalho, quanto pela cultura do descartável, justificadas pela crescente concorrência do mercado (MÉSZÁROS, 1996). Esses dois fatores contribuem



para que as relações entre seres humanos e a natureza fossem metamorfoseadas em formas cada vez mais alienadas.

Não faltam exemplos que demonstrem as consequências diretas e indiretas do modo de produção atual e da expansão mundial do capital para o meio ambiente. A mídia não cansa de anunciar dramáticos problemas ambientais que afetam a sociedade. Podemos citar como exemplo, a poluição do ar nos grandes centros urbanos e nas regiões industriais, ocasionada pela emissão excessiva de CO₂ pelos automóveis e pelas indústrias; o comprometimento do abastecimento de água potável decorrente da poluição de rios e nascentes, ocasionados pela contaminação do solo por agrotóxicos, pelo desmatamento, pelo esgoto doméstico, pelos resíduos industriais e por metais pesados decorrentes das atividades mineradoras. Sem contar no atual problema do aumento e destino dos resíduos sólidos urbanos que se tornaram complexos quando nos deparamos com o fato de que muitos países de capitalismo avançado destinam suas sucatas eletrônicas para países de capitalismo dependente¹ como forma de solucionar esse problema².

Neste sentido, a necessidade de solucionar os problemas ambientais- principalmente o destino dos resíduos sólidos urbanos- somado ao aumento do desemprego estrutural - ocasionado pela flexibilização das relações de trabalho- e a crise do petróleo no ano de 1973 viabilizaram economicamente o investimento na cadeia produtiva da reciclagem em países de capitalismo dependente. Além disso, temos os discursos ambientais e os movimentos ecológicos que também surgem neste contexto e justificam ideologicamente a necessidade da criação de políticas públicas de apoio a reciclagem³.

1 Termo utilizado por Florestan Fernandes

2 Situação problematizada pelo documentário *A obsolescência programada*. Disponível em: <http://atitudeco.com.br/2011/05/15/documentario-sobre-obsolescencia-programada-fala-sobre-consumo/>

3 Os movimentos ecológicos também começam aparecer em meados de 60 e 70 do século XX, derivados da crise do socialismo real.



Nos países latino americanos em que o número de pobres chega à cerca 180 milhões de pessoas e o número de indigentes 71 milhões⁴, muitos se dedicam a catação de recicláveis como uma forma de sobreviver. A catação como uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores pode se configurar tanto na forma individual- nos lixões e nas ruas dos centros urbanos- quanto de forma associada- em cooperativas e/ou associações-. Nas últimas décadas o número de cooperados/associados da catação tem crescido de forma significativa e com isso também os lucros de atravessadores e de empresas recicladoras que compõem a cadeia produtiva da reciclagem (BOSI, 2010).

Diferentemente do senso comum, a reciclagem se tornou um grande negócio, mas os maiores beneficiados, em última instância, não são os catadores nem o meio ambiente, mas os grandes fabricantes de papel, alumínio e plástico. Estes fabricantes buscam defender o discurso da conservação do meio ambiente e da responsabilidade social, incentivados não por uma real consciência ambiental e solidariedade, mas por serem fatores que reduzem gastos com a força de trabalho e com tributos estatais e federais.

Apesar das determinações econômicas impostas pela cadeia produtiva da reciclagem aos trabalhadores/catadores, eles expressam resistência a esses processos opressivos se organizando coletivamente no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Apesar de não serem todos os catadores, nem todas as cooperativas que participam desse movimento, podemos considerar que minimamente, ele expressa os anseios e a postura política desses trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Neste sentido, refletiremos sobre as relações alienadas que os seres humanos vêm estabelecendo com a natureza, partindo da premissa que as relações *estranhadas* tanto entre os próprios homens quanto do homem com a natureza, decorrem do afastamento do sentido ontológico do trabalho, uma vez que o modo de produção capitalista é pautado na acumulação do sobretrabalho como forma central da geração de riqueza. Dentro desse modo de produção, o trabalho “perde” o seu sentido mediador e criativo, o que faz o ser humano ter

4 Dados da CEPAL de 2009



uma relação utilitária consigo mesmo e com a natureza intensificando a dicotomia historicamente construída entre ambos.

Somado a isso, buscaremos entender os antagonismos presentes no trabalho dos trabalhadores/catadores junto à cadeia de produção da reciclagem, considerando que os mesmos são sujeitos que vivenciam coletivamente, não de forma totalmente autônoma e livre, suas situações e relações de produção determinadas, mas lidam e agem sobre essas determinações das formas mais diversas possíveis (THOMPSON, 1978). Tentaremos levar em conta não somente o ponto de vista do capital e suas determinações em relação ao papel desses trabalhadores nessa cadeia produtiva, mas também as mediações produzidas por esses sujeitos.

RELAÇÃO METABÓLICA ENTRE HOMEM E NATUREZA

Ao se refletir sobre as relações entre os seres humanos e a natureza logo surgem as perguntas: Como o homem produz sua existência? Que relações estabelecem com a realidade objetiva? Como é criada a concepção de natureza que a sociedade possui? Na tentativa de responder minimamente estas perguntas será aqui resgatada a categoria trabalho. Entende-se que através desta categoria, ainda é possível explicar o sentido da relação entre ser humano e natureza.

Para Marx, o trabalho é uma categoria central para se pensar o ser humano. Ele é considerado uma atividade vital, na qual o ser produz a si mesmo e a realidade social que o cerca. É na transformação do meio material que ele se forma e é formado ao mesmo tempo.

Ao produzir os meios de sua existência pela mediação do trabalho, os homens produzem a sua própria vida material. E a forma como serão produzidos esses meios dependerão de fatores, tais como: da natureza; do que foi criado até então; e da nova necessidade que surgirá dessa interação. Deste modo, os homens são dependentes das condições materiais de produção, uma vez que é pela forma como os sujeitos manifestam sua vida que está contido exatamente aquilo que são.



O trabalho, portanto, tem uma dimensão ontológica, já que o homem se faz humano, na medida em que realiza conscientemente suas atividades vitais. É devido a essa característica que Marx afirma:

O engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto um ser genérico (Marx, 2009, p.85).

Logo o ser humano se difere do animal por produzir conscientemente e universalmente, mesmo livre de carências físicas. Enquanto que o animal apenas produz para saciar suas necessidades imediatas de forma unilateral (Marx, 2009).

Marx utiliza o conceito do homem genérico para exemplificar a relação de interação entre a natureza e o homem. É através da consciência, do pensar sua atividade vital que ele pode se tornar um ser universal e “dominar” o que é externo a ele. A natureza é, para Marx, a parte inorgânica do homem, é a matéria a qual o trabalho é produzido, e o meio pelo qual este se efetiva.

A natureza é meio de exteriorização do trabalho, meio de subsistência do homem em seu sentido mais restrito do termo. É na manipulação dessa matéria através do trabalho que o homem constrói o conhecimento que possuiu sobre a realidade. É dessa relação que a concepção de si mesmo, do outro e da própria natureza é criada. E assim a atividade vital se transforma em um objeto de sua vontade consciente. Diferentemente do animal, que é a própria atividade vital, o homem se diferencia dela e ao mesmo tempo se faz através dela. E só por isso é genérico.

Dessa forma, a existência humana não é garantida naturalmente. Ela deve ser produzida pelo ser humano, e é neste processo de produção que está contido também o próprio processo educativo de formação do homem. Deste modo, a educação coincide com a própria origem do trabalho.

Portanto, a filosofia da práxis considera o trabalho como a essência do homem. É através de sua análise que se pretende entender a sociedade com mais profundidade. Uma vez que é no mundo objetivo, que o homem confirma e



efetiva sua existência genérica. Importante destacar que o real não aparece desenraizado do sujeito, que por sua vez também não é a consciência individual desse real. O pensamento epistemológico marxista introduz a categoria da historicidade para através das relações entre os homens, e dos homens com a natureza, poder explicar o mundo, a sociedade e o próprio homem. Desse modo, esse homem não seria fenômeno de pura consciência, mas determinado pela materialidade das relações (Marx, 2008; Borba et al, 2008)

Trabalho *Estranhado*

O trabalho *Estranhado* deriva da crescente divisão do trabalho e da apropriação dos produtos do trabalho de forma privada, proporcionada historicamente pela mudança no modo de produção feudal, para um modo de produção manufatureiro, e posteriormente industrial.

Marx, em *Manuscritos econômico-filosóficos*, demonstra que essa divisão do trabalho, responsável pelo crescimento da produção, acaba proporcionando uma expropriação tanto do produto do trabalho quanto do ato de produção do próprio trabalhador. Este produto nada mais é do que o trabalho que se fixou num objeto, é a objetivação do trabalho. Ao ser objetivado em uma sociedade que mantém este produto de forma privada, o trabalhador, responsável por este processo, sente a perda do objeto e a servidão ao mesmo. “*A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado, dos objetos mais necessários, não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho*” (Marx, 2009, p.80).

É através dessa expropriação que o próprio trabalho se torna mercadoria e o trabalhador por consequência também. Para isso Marx afirma que “*o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão*” (Marx, 2009, p.80).

De forma dialética, a exteriorização da produção é também a exteriorização da atividade do trabalho. Dessa forma, a atividade do trabalhador também se torna externa ao mesmo, não pertencente ao seu ser e por consequência não se afirma nele, mas ao mesmo tempo é criada por ele.



A propriedade privada entendida como sendo a expressão material do trabalho exteriorizado, envolve tanto a relação do trabalhador com o seu próprio trabalho e com o produto do mesmo, quanto com aquele que não trabalha e as suas respectivas relações de não trabalho. Tanto um quanto o outro sofrem processos de alienação e perda do verdadeiro significado do trabalho. Apesar de haver diferenciações de grau de alienação.

Assim, o trabalho na sociedade capitalista é um trabalho fetichizado, estranhado, que perde seu sentido ontológico, que perde sua capacidade de ser o mediador da diferenciação entre o homem e o animal, de ser a afirmação do ser genérico, que nega o seu poder criativo e transformador, para se tornar um meio de vida individual, um simples meio de subsistência.

Com isso a natureza também perde seu sentido de corpo inorgânico do homem, na medida em que este trabalho *estranhado*, estranha do homem a natureza. Ela estranha do homem o gênero, e faz da vida genérica apenas meio de vida individual.

Dessa forma, na perspectiva do materialismo histórico, as relações entre seres humanos e natureza dentro da sociedade capitalista, só poderiam ser permeadas por uma racionalidade que não leva em conta a unidade entre os mesmos. Assim como o próprio ser humano, dentro desse modo de produção, passa a embasar suas relações pelo valor de troca, assim também age com relação à natureza.

Entretanto, não se deve perder de vista que esse sistema possui suas próprias contradições que o fazem transformar. É por essas contradições que os homens vão construindo as possibilidades de transformação do próprio sistema. A crise ecológica é uma dessas contradições.

SOBRE A LUZ DE UM PRISMA

Recentemente têm sido frequentes os problemas entorno do destino do lixo dos grandes centros, a poluição fabril e a produção exacerbada de mercadorias. Somado a isso temos um número cada vez maior de estratégias de sobrevivência em países dito subdesenvolvidos, decorrentes da reestruturação produtiva do capital. Uma destas estratégias é a atividade da catação de



materiais recicláveis, que se dá de forma individual ou coletiva. Como forma de organização coletiva, temos as associações e/ou cooperativas que vêm sendo incentivadas por políticas públicas de geração de trabalho e renda, com uma saída encontrada no combate ao desemprego estrutural.

Com relação à catação associada nos questionamos: Como Thompson poderia nos ajudar a refletir sobre o trabalho associado da catação e a relação de classe desses trabalhadores? E por que usar este autor para essa finalidade?

Thompson é um historiador marxista que lança mão de formulações sincrônicas entre o “econômico” e o “cultural” expressos em um mesmo fenômeno, e por ele entendidas como constitutivas do modo de produção. Ele tenta ir além do determinismo econômico e das restrições de uma abordagem culturalista, para pensar a formação da classe trabalhadora. Sua crítica à teoria de Althusser denuncia suas idéias a respeito dessa tentativa, e dos limites históricos entre base e superestruturas. De forma geral, é através de uma releitura sobre as categorias classe, consciência de classe, luta de classe e, defendendo a existência do chamado “termo ausente” ou “experiência” que o historiador tece sua crítica teórica.

Esse autor problematiza as fronteiras entre a cultura e as determinações materiais. Considerando que a primeira não é uma forma mecânica da segunda, mas constitutiva. Os sujeitos são determinados pelas condições materiais da existência, mas a consciência social não é simples reflexo dessas condições. Para Thompson os sujeitos mediam e agem de formas distintas, mesmo não sendo de forma totalmente autônoma.

Em *A formação da classe operária inglesa*, o historiador expõe, logo no prefácio, que a classe social é um processo, uma relação e não um resultado. Assim, não existiria um conceito puro de classe, mas um conceito em constante vir a ser. Nesse sentido, a classe surgiria como resultado de experiências compartilhadas entre um coletivo de sujeitos, cujos interesses se afinam contra interesses de outro grupo, sendo essas experiências de classe determinadas pelas relações de produção, que estão historicamente postas independente da vontade dos seres humanos (THOMPSON,1987).

Desse modo, a “consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições,



sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p.10). Assim, a classe se afirma enquanto uma relação, e não enquanto uma consciência ideal. Thompson não considera que a classe se baseie nas diferenças de poder legítimo associado a uma estrutura de papéis sociais, em que um indivíduo faz parte de uma classe à medida que ocupa uma posição na organização social. Ele afirma que ao analisarmos um determinado ponto da história, não haverá classes, mas uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências, “mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1987, p.12).

Em seu texto “*La sociedad Inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?*” ele reforça seu conceito de classe como um processo histórico. Ressalta a importância de se entender a totalidade das relações em uma dada sociedade e de superar as descrições de relações sociais vistas exclusivamente de “cima” (pelas determinações do capital), apontando que existe uma tendência a interpretar a ordem social de forma genérica não dando importância as descrições vindas de “baixo” (das resistências). O termo *paternalismo* ilustraria essa generalização inadequada. Ele parte dessa concepção de classe como processo histórico, enfatizando a luta de classe.

Ellen M. Wood em *Democracia contra capitalismo* problematiza a crítica feita por Gerald Cohen e Perry Anderson à Thompson. Segundo ela os autores defendem a ideia de que o historiador inglês abandona com facilidade a definição estrutural de classe baseado na premissa equivocada de que ela implica necessariamente em uma espécie de determinismo mecânico, e que não existiria classe na ausência de classe. Não admitindo as distinções que Marx faz entre “classe em si” e “classe para si”. Além disso, alegam que Thompson dá importância demasiada à continuidade das tradições populares e sua periodização, aparentemente idiossincrática, da formação da classe operária. E passa a refletir uma preocupação com fatores subjetivos em prejuízo de determinações objetivas.



Wood (2003) defende que a grande força da concepção desse autor está na sua capacidade em reconhecer e explicar, exatamente, as operações de classe na ausência da consciência de classe. Onde os críticos vêem estrutura em oposição a processo, e estruturas que são submetidas a processos, Thompson observa processos estruturados. Seu objetivo não é afirmar a continuidade subjetiva da cultura operária por oposição às radicais transformações objetivas do desenvolvimento capitalista, mas ao contrário, revela e explica as mudanças no interior das continuidades (WOOD, 2003, p.81).

Ao considerar as particularidades da cultura popular inglesa do século XVIII, o autor procura estabelecer relações entre as especificidades históricas e a lógica do processo histórico, defendidas pelo materialismo histórico. Ele julga o econômico não como uma esfera material que se opõem a esfera social, mas sendo algo constituído de relações e práticas sociais. Destaca a complexa e delicada polaridade de forças existentes nos costumes corriqueiros da *plebe*, demonstrando-nos que os elementos culturais têm seus precedentes e sucessores, e que não são simples reflexos da base material.

Assim, Thompson considera a dialética do que é ou não é cultura (as experiências formativas do ser social) e as polaridades dialéticas (antagonismos e reconciliamentos) quando analisa a formação da classe operária inglesa. É neste campo de força social que se apresenta a luta de classes, e o historiador dá voz a coletivos de sujeitos que não tem expressão na história contada pelo ponto de vista do capital. Ele contraria a ordem social vista de “cima”, de descrições vindas de classe em termos “genéricos”, que não dão importância às descrições vindas de “baixo”.

Vale ressaltar que para o historiador inglês, o importante é que a noção (conceito, hipótese relativa) seja posta em diálogo disciplinado com as evidências, mostrando-se operacional, ou melhor, não sendo refutada pelas evidências contrárias. O autor defende que a abordagem do materialismo histórico não se refere a premissas epistemológicas, mas sim a categorias. Se essas categorias são consideradas mais “verdadeiras” ou mais adequadas às explicações, isso deriva da sua capacidade de suportar melhor o teste da lógica histórica e não de uma teoria mais verdadeira fora da disciplina da história.

Destaca que as categorias do materialismo só podem ser compreendidas como categorias históricas, elas são próprias para a investigação de processos



que estão em constante movimento de transformação. Assim, não é possível haver representações conceituais estáticas, mas apenas como manifestação ou como contradições.

Dessa forma, cada momento seria também um tempo do vir -a- ser. Em qualquer momento histórico há, ao mesmo tempo, o resultado de processos anteriores, e de uma direção de um novo fluxo. A própria história em si é o único laboratório. O materialismo se distingue dos outros sistemas interpretativos pela sua busca incessante em elaborar categorias, e articulá-las numa totalidade conceitual. Essa totalidade não é uma “verdade” teórica pronta, não é algo fixo, mas um processo em desenvolvimento (THOMPSON, 1978).

Ao considerar esse vir-a-ser histórico e o diálogo entre os conceitos e as evidências, o autor nos sugere pensar a realidade dialeticamente. Assim, os dilemas entorno da relação entre base e superestrutura que, tradicionalmente se mostram rígidos e desconsiderando aspectos culturais que compõem a formação da sociedade, passam a ser relativizados. A questão é como passar dos circuitos do capital para o capitalismo; de um modo de produção altamente conceitualizado e abstrato, dentro do qual o determinismo surge como absoluto para as determinações históricas como o exercício de pressões como uma lógica do processo, dentro de um processo maior (THOMPSON, 1978,p.181).

Thompson (1978) aponta que Marx em “O capital” trabalha repetidamente as linhas que separam a Economia Política da história. Porém, não se referiu-deixando até mesmo pontos não bem esclarecidos- à pressão da primeira sobre a forma e a lógica da segunda. Entretanto, as referências *continuum* hipóteses; são mais suposições que provas. O historiador afirma que essas hipóteses são apoiadas por proposições do materialismo histórico precedentes ao “O capital”, mas que ficaram sem análises mais profundas. Assim, os problemas surgem repetidamente quando não se considera o “conceito de junção”.

O “conceito de junção” se refere ao termo “experiência humana”. Esse termo possibilita pensar que homens e mulheres são sujeitos da história, não de forma totalmente autônoma e livre, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON,1978, p.182).



Essa proposta não é exatamente o que propõem Marx e Engels, mas também não é incompatível com o que pensavam. A proposta de Thompson é introduzir o termo cultura, na tentativa de explicar como a história se relaciona com a racionalidade mistificada dos sujeitos sociais. Encontrar explicações aos silêncios de Marx sobre o termo “experiência”. “Não se trata apenas de um ponto de junção entre ‘estrutura’ e ‘processo’, mas um ponto de disjunção entre tradições alternativas e incompatíveis” (THOMPSON,1978,p.183).

Sendo assim, Thompson nos permite refletir sobre a cultura do trabalho da catação a partir do diálogo entre as noções e os dados empíricos. Considerando que as determinações econômicas podem condicionar as experiências, mas nunca serem reflexo da consciência dos sujeitos sociais.

Ao considerar a classe como uma relação e/ou um processo, os trabalhadores associados que atuam na catação estão vivendo situações contraditórias em que as relações de exploração são escamoteadas por relações simplesmente mercantis. Entretanto, não podemos desconsiderar que as experiências adquiridas por esse coletivo de sujeitos nesses processos produtivos contraditórios, podem vir a impeli-los ao amadurecimento de sua consciência de classe.

RECICLAGEM: UM NEGÓCIO ECOLOGICAMENTE LUCRATIVO

A conferência de Estocolmo em 1972 marcou o início das políticas a níveis globais voltadas às questões ambientais. O discurso das organizações internacionais, como da Organização das Nações Unidas (ONU) e da UNESCO, veio no sentido de promover a conservação dos recursos naturais e questionar os modelos de consumo. Entretanto, pouco ou nada se questionou sobre o modelo de produção adotado, e sua relação com os desastres ambientais.

Mészáros em seu livro *Produção destrutiva e estado capitalista* faz uma crítica ao sistema capitalista, afirmando que este sistema produtivo é incapaz de estabelecer limites significativos. Para ele, tudo que em uma época parece ser “demais” se torna “muito pouco” em outra. Isso resulta não do suprimento real das necessidades, mas sim, do próprio sistema produtivo capitalista ser constrangido pelas limitações do consumo a criar sempre mais “necessidades”,



o que Marx já apontava como sendo uma tendência progressiva de expansão do capital.

Para o Filósofo Húngaro os avanços produtivos são considerados a priori benéficos e desejados. Porém, não se questiona as condições nas quais tais avanços são adquiridos nem tampouco suas implicações danosas. Assim, os mesmos acabam sendo responsáveis por modificarem de forma inevitável os padrões de consumo, bem como a forma pela qual são utilizados, tanto os bens a serem consumidos quanto os instrumentos com os quais se produzem esses bens.

De forma geral, a tendência do modo de produção capitalista é produzir cada vez mais em prazos cada vez menores. Por isso, a durabilidade dos artigos é inimiga desse sistema, o que contraditoriamente compromete a sua própria qualidade. A tendência, segundo Mészáros (1996), é a adoção da chamada “taxa de utilização decrescente”, justificada pelos economistas pela função da necessidade de concorrência e pela utilidade racional dos recursos do trabalho.

Contraditoriamente, temos por um lado a produção cada vez maior de mercadorias justificada pela aplicação dessa taxa, responsável pela geração de resíduos poluentes e pelo modelo de consumo descartável. Por outro lado, temos o discurso ecológico que incentiva o equilíbrio da sociedade do descartável sem, no entanto, impulsionar transformações significativas da base produtiva. E fazendo parte dessa lógica- em que se defende moralmente uma forma de equilibrar os danos ao meio ambiente, mas na prática o que impera é a geração de capital- temos a cadeia produtiva da reciclagem.

De acordo com Bosi (2010) a cadeia produtiva da reciclagem é um negócio altamente lucrativo. O autor faz uma análise dos dados fornecidos pelo CEMPRE⁵, apontando os rendimentos crescentes da reciclagem de latinhas de alumínio e plásticos no Brasil, e afirma que enquanto na Europa e nos Estados Unidos grande parte da reciclagem de materiais é feita por meio de programas

5 “ Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) é uma associação sem fins lucrativos dedicada à promoção da reciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado do lixo”. Disponível: <<http://www.cempre.org.br/imprensa.php?codeps=fHx8fHx8fHx8fHx8fDE1>>. Acesso em: 20/12/2011.



de coleta seletiva. Na América Latina, por exemplo, essa coleta é realizada majoritariamente por catadores.

O setor da reciclagem se estruturou no Brasil a partir do trabalho dos catadores, já que não se encontrou uma solução mais econômica de recolhimento e triagem dos materiais recicláveis. Para que a reciclagem fosse possível sem a presença dos catadores, seria necessário o recolhimento dos resíduos por meio da coleta seletiva, em ampla escala. Bosi (2010) afirma que para os poderes públicos municipais este processo sairia dispendioso e “inviável”, já que teriam que investir em manutenção do maquinário de fábricas recicladoras, gastar com elevado consumo de energia, e com a formalização e a remuneração da força de trabalho, somados à concorrência dos próprios catadores individuais no recolhimento de materiais. Apesar disso, existem outros condicionantes políticos que influenciam a mercantilização da reciclagem, tais como: a produção e a incorporação de novos hábitos perante o lixo (o que é chamado de consciência ambiental); uma legislação que priorize e estimule a reciclagem como uma atividade econômica; e o investimento na estrutura de reciclagem em todo o país por setores privados (Idem, *ibidem*).

De forma geral, os programas de reciclagem datam de 1980, mas se generalizam a partir da década de 1990, coincidindo com o período em que temos no Brasil uma grande oferta da força de trabalho disponível e a ascensão dos preços dos derivados do petróleo, o que torna a indústria da reciclagem um negócio vantajoso economicamente. Vale ressaltar que a reciclagem está intrinsecamente relacionada com o valor econômico dos materiais coletados. Estes são cotados no mercado mundial como matéria-prima, e regulados pelo preço dos derivados do petróleo. O que a motiva não é essencialmente a preservação ambiental, mas sim os ganhos econômicos que pode gerar. Por isso os resíduos orgânicos, por exemplo, tem pouquíssima proeminência se comparados à reciclagem de latinhas de alumínio.

O que podemos afirmar é que o trabalhador/catador é a figura central da cadeia produtiva da reciclagem. Essa força de trabalho está presente em quase todas as cidades do país, e seu crescimento foi bastante intenso nos últimos 20 anos, ultrapassando a marca de 1 milhão de catadores. Devemos ressaltar que não é recente a dependência das pessoas para com o lixo no Brasil, mas a



presença dos catadores se tornou mais visíveis nos grandes centros urbanos com a crise do trabalho assalariado. Suas trajetórias ocupacionais denunciam perdas sistemáticas e seqüenciais de emprego, o que denuncia um processo intenso de empobrecimento das classes trabalhadoras.

Para Bosi (2010), fora as importantes mudanças no mundo do trabalho, a dimensão diretamente relacionada aos catadores diz respeito à leitura que organismos estatais vêm forjando na contabilidade do número de desempregados de forma a adequar as estatísticas sobre o desemprego. Estamos nos referindo ao incentivo do auto-emprego e à formação de cooperativas e/ou associações, somados ao discurso da responsabilidade ambiental e social que vem agregando valor aos produtos das indústrias da reciclagem, e mascarando índices de desemprego.

As políticas públicas de geração de trabalho e renda ao apoiarem a criação de cooperativas e/ou associações acabam favorecendo a lucratividade das indústrias de recicláveis, uma vez que essa força de trabalho não gera ônus trabalhistas para os empresários do setor. As relações tradicionais entre patrões e empregados são substituídas por relações mercantis entre “iguais”, mas os trabalhadores não deixam de vender sua força de trabalho de forma indireta. Assim, ele se integra ao circuito de valorização do capital na condição de trabalho subordinado à esfera da circulação (LUXEMBURGO, 2010).

Desse modo, a catação representa uma nova forma de extração de mais valia na sua forma mais absoluta, já que é escorada no trabalho do catador que coleta, seleciona, prensa e vende os materiais já prontos, sem que os donos das empresas tenham que arcar com encargos trabalhistas. Podemos arriscar afirmando que o controle da miserabilidade pelas políticas públicas acaba gerando possibilidades da existência de baixíssimas rendas (BOSI, 2010).

Mesmo assim, não podemos desconsiderar que o processo é contraditório. Os catadores se encontram em condições de extrema pobreza e as cooperativas e/ou associações podem significar um espaço de resgate de sua condição de sujeitos sociais e políticos perante a sociedade. Essas cooperativas, em alguns casos, são orientadas por valores cooperativistas decorrentes da *experiência* operária do movimento das cooperativas de consumo do século XIX,



o que podemos interpretar como sendo expressão da “economia moral das multidões” como sugere Thompson (1998).

“ESCRAVOS DISFARÇADOS DE LIBERTOS”

O problema histórico que envolve a auto-organização dos trabalhadores em cooperativas se relaciona à regulação da produção pelo mercado capitalista, o que limita a sua ação contestadora. Os trabalhadores fortalecem sua posição com a organização nos locais de trabalho, mas se tornam relutantes em aderir a protestos que poderiam comprometer ganhos acumulados. Isso favorece a reprodução da lógica burguesa em defesa da aquisição e conservação de bens adquiridos e a desarticulação da luta de classes.

Mesmo tendo em conta esses limites, podemos observar que são as necessidades e expectativas que fazem as pessoas se agruparem e lutarem contra forças antagônicas. Assim, ao levarmos em conta as precárias condições de vida dos catadores, essa organização do trabalho, aparentemente, possibilita espaços de formação política e de agrupamento de interesses, em que os sujeitos envolvidos passam a protestar e/ou resistirem contra as condições de trabalho que consideram injustas. Exemplo disso é a mobilização dos catadores em torno do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Este movimento luta por melhores condições de trabalho, por direitos trabalhistas e pela qualidade de vida dos catadores. Ele se apóia na defesa da ação direta popular como método e princípio, acreditando no protagonismo do povo, na solidariedade de classe, e não depende de filiação a partidos políticos ou sindicatos⁶. O MNCR procura defender os direitos mínimos do catador, não chegando a lutar por mudanças sociais radicais. Podemos caracterizá-lo como sendo uma simples resistência ou como uma “rebelião do estômago”, em que não se prioriza nada além das necessidades imediatas de sobrevivência.

6 Informações disponíveis em:
<http://www.mnrc.org.br/box_1/estruturas-regionais>, acessado em 26/12/2011.



Entretanto, ao buscarmos compreender o movimento histórico e as contradições da realidade a partir das ações e das *experiências* desse grupo social “marginalizado”, é possível desvendar aspectos mais precisos das particularidades que envolvem essa realidade social. É possível considerar a contradição existente entre a consciência do conformismo e a consciência da resistência como consciência do vir-a-ser de classe.

Podemos refletir sobre a cultura do trabalho das cooperativas de catadores através da noção de *economia moral* de Thompson. As cooperativas atuam sob a pressão do modo de produção hegemônico, mas também articulam outras relações culturais em suas organizações produtivas.

Assim, podemos afirmar que nestas organizações produtivas convivem velhas e novas formas de trabalho. Não podemos reduzi-las ao simples papel que possuem na cadeia produtiva da indústria da reciclagem, nem tão pouco superestimar seu potencial perante os trabalhadores através do MNCR. O mais adequado, segundo Thompson (1978), é considerá-las como organizações ambíguas, que carregam elementos de negação do capitalismo, mas ao mesmo tempo os reproduz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre o mundo do trabalho da reciclagem a luz do referencial Thompsoniano, foi possível relativizar o determinismo econômico que envolve o papel das cooperativas e/ou associações de catadores na cadeia produtiva da reciclagem. Quando passamos a considerar as relações entre as especificidades históricas e a lógica do processo histórico é possível lidar com o econômico não como uma esfera material que se opõe a esfera social e cultural, mas sendo algo constituído de relações e práticas sociais, em que os elementos culturais com seu precedente e sucessores, se entrelaçam com o econômico em uma única teia de relações. Desse modo, somos capazes de analisar a realidade social dos catadores levando em conta as particularidades das experiências adquiridas por eles, dando voz à história vinda de “baixo”.

Assim, as formas de dominação e o controle pela classe dominante não são considerados sem mediações. As cooperativas e/ou associações por mais



que sejam seres híbridos dentro do sistema capitalista, como afirma Luxemburgo (2010), não deixam de proporcionar processos formativos em que velhas e novas formas de trabalho coexistem contraditoriamente. Não é porque tentamos considerar essas contradições, que descartamos a ideia de que as condições materiais ainda determinam as relações de produção. Ao considerar a experiência desses catadores e seu movimento reivindicatório, não deixamos de analisar os imperativos das circunstâncias em que esses sujeitos vivem, que os permite muitas vezes entrar em contato simplesmente com o conhecimento empírico adquirido em suas atividades laborais, em detrimento do conhecimento produzido historicamente pela humanidade.

Sendo assim, estamos tentando fugir de interpretações fatalistas que não consideram a possibilidade de haver uma sabedoria da sobrevivência desenvolvida pelos catadores. **Somado a isso, entendemos também que os catadores não são sujeitos excluídos do ponto de vista do capital. Eles** ocupam seu lugar na geração de sobre-trabalho, escamoteada por relações mercantis entre intermediários e as indústrias da reciclagem, não estabelecendo uma relação direta com a proteção ao meio ambiente e sim com o mercado. Mesmo assim, consideramos os catadores organizados coletivamente como sujeitos potencialmente históricos capazes de transformar a sua realidade. Conceitos estáticos de base e superestrutura são limitados para explicar a realidade dialética que envolve os dramas materiais que diariamente vive esses trabalhadores/catadores.

De forma geral, o que vemos é a reciclagem e a proteção ao meio ambiente se reduzirem a discursos moralizantes de responsabilidade ambiental restrita aos indivíduos, na qual os grandes poluidores não são diretamente punidos nem afetados, uma verdadeira “panaceia do profeta”.

BIBLIOGRAFIA

BOSI. Antônio Pádua. *A indústria da reciclagem: a organização capitalista do trabalho dos catadores*. In Universidade e Sociedade. Distrito Federal. Ano XIX, nº 45, janeiro de 2010, p.175-189.



COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL).
Panorama social da América Latina, 2009. Disponível em:
<<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/37859/PSP2009-Sintesis-lanzamiento.pdf>>. Acessado em 27/12/2011.

LUXEMBURGO, Rosa. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. 3ª reimpressão, São Paulo: Ed. Boitempo, 2009, p. 61-91.

_____. *A ideologia Alemã*. Disponível em:
<http://www.pstu.org.br/biblioteca/marx_ideologia.pdf>. Acesso em: 10/07/2011.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed, São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008, p.238-272.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo, 2ed. Ensaio, 1996.

TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associadas*. Ijuí: Ed.Unijuí, 2001.

THOMPSON, E.P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1987, V.1, p. 9-14.

_____. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1978.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo, Ed. Companhia das letras, 1998, p. 13-25, 150-304.

Wood, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo. Ed. Boitempo, 2003.